

**11 – AUDITOR FISCAL DE OBRAS - PROVA 01****PROVA DE CONHECIMENTOS
GERAIS****O Escriba**

Conhecida também pelo pernóstico apelido de *Sorbonne*, a Escola Superior de Guerra era produto de um sincero interesse da cúpula militar pelo aprimoramento intelectual dos oficiais superiores, mas também de um desejo dos ministros de manter longe dos comandos de tropa e de posições importantes no Estado-Maior os oficiais de muita capacidade e pouca confiança. Enquanto se puniam com transferências para circunscrições de recrutamento os coronéis chucros ou extremados, a oposição militar bem-educada ganhava escrivatinhas na ESG, cuja primeira virtude era a localização: no Rio de Janeiro, debruçada sobre a praia da Urca. Em 1953, somando-se os estagiários ao seu quadro de pessoal, a ESG dava o que fazer a doze generais, três almirantes, dois brigadeiros, 33 coronéis e onze capitães-de-mar-e-guerra, efetivo equivalente a mais que o dobro dos coronéis e generais que foram para a guerra.

Desde 1950 a escola juntava por volta de setenta civis e militares num curso de um ano, verdadeira maratona de palestras e estudos em torno dos problemas nacionais. Essa convivência de oficiais, burocratas e parlamentares era experiência inédita, mas seria exagero dizer que nos seus primeiros dez anos de vida a ESG aglutinou uma amostra da elite nacional. O número de estagiários sem ligação funcional com o Estado dificilmente alcançava um terço das turmas. A seleção dos 483 militares que fizeram qualquer tipo de curso na ESG entre 1950 e 1959 deu-se sem dúvida no estrato superior da oficialidade. Dois chegaram à Presidência da República (Geisel e Castello Branco), 23 ao ministério, e, deles, seis chefiaram o Exército. Com os 335 civis que passaram pela escola no mesmo período, o resultado foi outro. Só quatro chegaram ao

ministério. Um deles, Tancredo Neves, pode ser computado como se tivesse chegado à Presidência.

A escola funcionava num clima grandiloquente e autocongratatório. Suas primeiras turmas incluíam oficiais sinceramente convencidos de que participavam de um mutirão intelectual que repensava o Brasil. Havia neles um verdadeiro sentido de missão. “Nenhum de nós sabia nada e queríamos que alguém nos desse ideias”, contaria mais tarde o general Antônio Carlos Muricy. Ainda assim, a ESG não produziria uma só ideia ao mesmo tempo certa e nova. Seus fundadores empilharam conceitos redundantes, como Planejamento da Segurança Nacional, e impenetráveis, como o Conceito Estratégico Nacional, atrás dos quais se escondia uma metafísica do poder estranha à ordem e às instituições democráticas, aos sistemas partidários e aos mecanismos eleitorais. Carlos Lacerda chamava-a de “escola do blá-blá-blá”. Com o tempo edificou-se a mitologia de que a *Sorbonne* foi laboratório de aperfeiçoamento da elite nacional e sacrário ideológico do regime de 1964. Parte da cúpula militar que a criou, no entanto, haveria de tomá-la como mau exemplo tanto pela fauna como pela flora. “Cuidado com os picaretas. Veja a ESG”, advertiu Geisel a um amigo. As famosas apostilas de capa cinza eram documentos irrelevantes para o general: “Podem ir para o lixo, pois as turmas e os grupos são muito díspares”.

Fundada na premissa de que o subdesenvolvimento brasileiro era produto da falta de articulação e competência de sua elite, a ESG se propunha a sistematizar o debate dos problemas do país. Oferecia-se também como centro de estudos para uma crise universal muito mais ameaçadora e urgente. Em maio de 1949 a escola ainda não estava legalmente organizada, mas seu comandante, o general Oswaldo Cordeiro de Farias, advertia: “Precisamos preparar-nos para a eventualidade da terceira guerra mundial, o que é uma consequência do panorama internacional, uma política de autodefesa, um imperativo de nossa soberania e do nosso espírito de sobrevivência. Viver despreocupado deste



problema, num mundo que não se entende, é ter mentalidade suicida”.

Esse mundo vivia sob a influência de duas expressões: Cortina de Ferro e Guerra Fria.

A primeira fora mais uma expressão genial do ex-primeiro-ministro inglês Winston Churchill. Em março de 1946, discursando na pequena cidade de Fulton, nos Estados Unidos, ele denunciou: “De Stettin, no Báltico, a Trieste no Adriático, uma cortina de ferro caiu sobre o Continente. Atrás dessa linha, todas as capitais dos velhos Estados da Europa Central, Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapest, Belgrado, Bucarest e Sofia, todas essas famosas cidades, bem como as populações que as circundam, estão submetidas não só à influência soviética, mas a um grande e crescente controle por Moscou”.

A segunda fora produto da memória do jornalista americano Walter Lippmann. Ao dar título a uma coletânea de artigos dos últimos meses de 1947, ele recorreu à expressão francesa usada em 39 para designar a política de intimidação de Hitler na Europa, “la guerre froide”.

(GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 121-124).

Questão 01

A respeito dos seus propósitos gerais ou específicos, somente é CORRETO afirmar que o texto:

- Destaca os avanços obtidos pela Escola Superior de Guerra, quer no âmbito da Segurança Nacional, quer no da formação de oficiais.
- Critica a instalação da Escola Superior de Guerra como local para onde eram designados os oficiais destreinados e radicais.
- Concentra a argumentação com o objetivo principal de esclarecer os conceitos de “cortina de ferro” e “guerra fria”.
- Relata com certa ironia o surgimento da Escola Superior de Guerra e revela as razões ocultas de sua criação.

Questão 02

Conforme seu vocabulário e suas estruturas linguísticas, é CORRETO afirmar que o texto:

- Abordando uma temática da História, apresenta sintaxe e vocabulário próprios dos textos acadêmicos de pesquisa.
- Constitui parte de um relatório de experiências políticas do autor, o que se evidencia pela forte presença de verbos no passado.
- Fortemente impregnado de vocabulário técnico e sofisticado, o texto caracteriza-se como instrucional, ou seja, científico.
- Constitui um registro de fatos, em que são apresentados eventos dos quais o autor não tomou parte ativa, mas sobre os quais emite juízos.

Questão 03

Conforme o que se enuncia no texto, é correto afirmar somente que a Escola Superior de Guerra:

- Reuniu a elite intelectual brasileira com os propósitos de sistematizar o debate dos problemas brasileiros e manter os militares afastados do poder central.
- Agia clandestinamente com o fim de combater a influência de Moscou sobre a política brasileira e facilitar a presença da ideologia estadunidense no Brasil.
- Não apresentou resultados efetivos importantes, quer pela disparidade de seus grupos quer pela desconfiança com que era vista pela cúpula governamental.
- Operava sob o comando das forças militares nacionais em acordo com a ordem política, com os valores democráticos e com os mecanismos eleitorais.

Questão 04

Assinale a alternativa em que a substituição da palavra destacada pela palavra entre parênteses mantém a correção gramatical e os sentidos do texto:

- “Conhecida também pelo **PERNÓSTICO** (modesto) apelido de *Sorbonne*, a Escola Superior de Guerra era produto de um sincero interesse da cúpula militar [...]”
- “[...] oficiais sinceramente convencidos de que participavam de um **MUTIRÃO** (colegiado) intelectual que repensava o Brasil.”
- “Seus fundadores empilharam conceitos **REDUNDANTES** (contraditórios), como



Planejamento da Segurança Nacional, e impenetráveis [...]”

d) “Precisamos preparar-nos para a eventualidade da terceira guerra mundial, o que é uma consequência do PANORAMA (cenário) internacional [...]”

Questão 05

A propósito da estrutura morfossintática do primeiro período do texto, é CORRETO afirmar somente que: “Conhecida também pelo pernóstico apelido de *Sorbonne*, a Escola Superior de Guerra era produto de um sincero interesse da cúpula militar pelo aprimoramento intelectual dos oficiais superiores, mas também de um desejo dos ministros de manter longe dos comandos de tropa e de posições importantes no Estado-Maior os oficiais de muita capacidade e pouca confiança.”

- a) O termo “*pelo pernóstico apelido de Sorbonne*” desempenha a função de agente da passiva.
- b) A oração reduzida de infinitivo presente no período desempenha a função de objeto indireto.
- c) O termo “*os oficiais de muita capacidade e pouca confiança*” desempenha a função de objeto direto.
- d) Não se pode atribuir a nenhum termo do trecho em análise a função de complemento nominal.

Questão 06

O sentido assumido pela expressão destacada está corretamente indicado somente no item:

- a) “Enquanto se puniam com transferências para circunscrições de recrutamento os coronéis chucros ou extremados, a oposição militar bem-educada ganhava escritaninhas na ESG [...]” (tempo)
- b) “Essa convivência de oficiais, burocratas e parlamentares era experiência inédita, mas seria exagero dizer que nos seus primeiros dez anos de vida a ESG aglutinou uma amostra da elite nacional.” (concessão)
- c) “Ao dar título a uma coletânea de artigos dos últimos meses de 1947, ele recorreu à expressão francesa usada em 39 para designar a política de intimidação de Hitler [...]” (conclusão)
- d) “Em março de 1946, discursando na pequena cidade de Fulton, nos Estados Unidos, ele denunciou [...]” (consequência)

Questão 07

O elemento coesivo destacado tem seu referente corretamente indicado somente no item:

- a) “Havia NELES um verdadeiro sentido de missão. [...]” (“Suas primeiras turmas”)
- b) “Parte da cúpula militar que A criou [...]” (“a *Sorbonne*”)
- c) “Oferecia-SE também como centro de estudos para uma crise [...]” (“o debate dos problemas do país”)
- d) A PRIMEIRA fora mais uma expressão genial do ex-primeiro-ministro inglês Winston Churchill. (“Guerra Fria”)

Questão 08

O item inteiramente CORRETO quanto à grafia vigente das palavras é:

- a) O CCAD têm como objetivo preparar a comunidade de aquisição de defesa do Brasil e uma de suas primeiras iniciativas foi a realização do 1º Seminário de Gestão de Aquisição de Defesa (SEGAD), em novembro de 2018.
- b) Com o tema “*Perspectivas e Novos Desafios para a Gestão da Aquisição de Defesa no Brasil*” e painéis ministrados por personalidades internacionais e brasileiras, o seminário abordou temas diretamente ligados aos procedimentos de aquisição das Forças Armadas.
- c) O evento contou com a participação dos principais gestores da comunidade de aquisição em defesa do Brasil envolvidos direta ou indiretamente na gestão de processos de obtenção de sistemas de armas por aquisições diretas (compras) ou por intermédio de projetos sustentáveis de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de capacitação industrial.
- d) O objetivo do SEGAD foi mapear caminhos para o crescimento, sustentabilidade e proteção da base científica, tecnológica e industrial voltada para a Defesa (BCTID), e valorizar o papel central da comunidade na inovação dos processos de gestão. (Disponível em: <<https://www.esg.br/noticias/ccad-recebe-suas-novas-instalacoes>>. Acessado em: 07 de fev. de 2019 - com adaptações)

**Questão 09**

Assinale a única alternativa cuja sentença está inteiramente correta quanto à pontuação.

- a) A Escola Superior de Guerra (ESG) inaugurou, nesta terça (22/01) o Centro de Capacitação em Aquisição de Defesa (CCAD), no edifício Juarez Távora. Chefiado pelo General de Brigada Mauro Guedes Ferreira Mosqueira Gomes, o Centro vinha sendo planejado desde junho de 2018.
- b) “Vi uma mensagem do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas que acho que cabe para o CCAD: ‘Juntos somos mais fortes’. A proposta do CCAD é essa: trabalharmos juntos pelo preparo e projetos das Forças e pela gestão dos sistemas de defesa. É uma sinergia”, explicou o general Mosqueira.
- c) O Comandante da ESG, General de Exército Décio Luís Schons, ressaltou que a ideia de criação do Centro, veio do General de Exército Joaquim Silva e Luna, quando ainda era Secretário-Geral do Ministério da Defesa.
- d) Estiveram presentes na cerimônia de inauguração o Subcomandante da Escola, Vice-Almirante Carlos Frederico Carneiro Primo, o Assistente Militar do Exército na ESG, General de Brigada José Ricardo Vendramin Nunes oficiais generais, chefes de divisão e a equipe do CCAD.

(Disponível em: <<https://www.esg.br/noticias/ccad-recebe-suas-novas-instalacoes>>. Acessado em: 07 de fev. de 2019 - com adaptações)

Questão 10

Quanto às regras de concordância nominal e verbal, o único item CORRETO é:

- a) Os diversos Estudos estão organizados por meio de Disciplinas, pelo critério de afinidade e coordenação dos assuntos e áreas de conhecimento.
- b) A fase básica apresenta fundamentos e conceitos que servirá de fundamento para os estudos e atividades de alta complexidade que se ocorrerá a seguir.
- c) A fase conjuntural aprofunda e integra conhecimentos que vão possibilitar a efetivação de

avaliações conjunturais e a construção de cenário, nacional e internacional, elaborados nesta fase.

d) Durante esse período, são estabelecidos condições para que o estagiário complemente os conhecimentos iniciais por meio de estudos de problemas conjunturais do Brasil.

(Disponível em: <<https://www.esg.br/cursos-regulares>> Acessado em: 07 de fev. de 2019 - com adaptações)

Questão 11

Numa remessa de 10 peças, 3 são defeituosas. Duas peças são retiradas aleatoriamente, uma após a outra sem reposição. A probabilidade de todas essas duas peças serem não-defeituosas é:

- a) $\frac{49}{100}$
- b) $\frac{7}{15}$
- c) $\frac{21}{50}$
- d) $\frac{3}{15}$

Questão 12

Uma pesquisa foi feita com todos os habitantes de uma cidade para verificar as doenças que mais contaminou a população naquele ano. O resultado foi divulgado na tabela abaixo.

Doenças	Quantidade de pessoas contaminadas
Dengue	800
Zica	750
Chikungunya	600
Dengue e Zica	480
Dengue e Chikungunya	420
Zica e Chikungunya	350
Dengue, Zica e Chikungunya	250

Observando a tabela do resultado da pesquisa, logo o número total de habitantes dessa cidade é:

- a) 3 650.
- b) 2 150.
- c) 1 150.
- d) 1 500.

Questão 13

Em um hospital temos 5 médicos e 8 enfermeiras. Será preciso formar uma equipe com 2 médicos e 5 enfermeiras. O número de possibilidades para se formar essa equipe é de:

- a) 560.
- b) 540.
- c) 500.
- d) 580.

Questão 14

Consagrado como a melhor e mais eficiente ferramenta de motor de busca na Internet, o Google possui uma série de características e recursos exclusivos que tornam suas buscas ainda mais precisas e práticas online. Existem símbolos e palavras específicas que fazem o buscador acionar pesquisas mais sofisticadas, enriquecendo seus resultados.

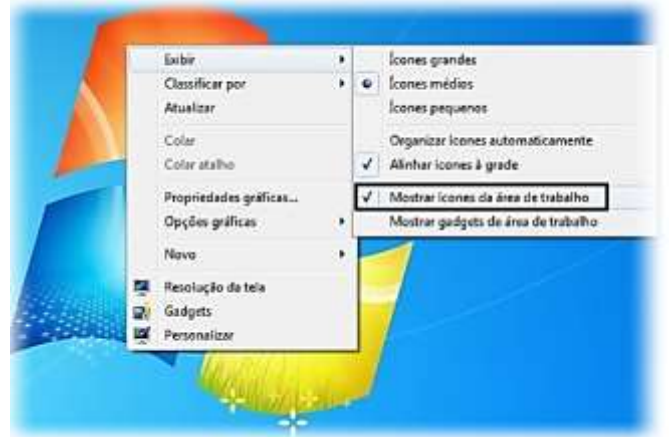
Fonte: Disponível em

<https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2014/10/guia-de-dicas-google-proveite-ao-maximo-ferramenta-de-busca.html>. Acessado em 21 nov de 2018.

Indique o item que possui o exemplo da forma CORRETA para pesquisar uma palavra ou frase exata no Google.

- a) Related: consulpam.com.br.
- b) Link: consulpam.com.br.
- c) “Portal de tecnologia”.
- d) Games – IOS.

Questão 15



DESMARCA: MOSTRAR ÍCONES NA ÁREA DE TRABALHO.

Fonte: Disponível em:

<https://www.tecmundo.com.br/windows-7/9677-dicas-do-windows-7-conhecendo-a-area-de-trabalho-video-.htm>.

Na área de trabalho do Windows 7 quando se clica com o botão direito sobre a tela, depois em exibir e desmarca o item destacado na imagem. O desktop:

- a) Organizará os ícones por tipo e tamanho.
- b) Não exibirá os ícones e os gadgets.
- c) Substituirá os ícones padrão.
- d) Não exibirá os ícones.

Questão 16

De acordo com a Constituição Federal, no que se refere aos cargos, empregos e funções públicas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para



cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

- b) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- c) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- d) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vetado aos estrangeiros.

Questão 17

É toda aquela em que a lei instituidora conferir privilégios específicos e aumentar sua autonomia comparativamente com as autarquias comuns, sem infringir os preceitos constitucionais pertinentes a essas entidades de personalidade pública:

- a) Regime Estatutário Autônomo.
- b) Autarquia de regime especial.
- c) Criação Especial Transitória.
- d) Repartições Públicas Federativas.

Questão 18

De acordo com as atuais regras do Regime trabalhista, o regime estatutário está CORRETAMENTE representado em:

- a) Todos os serviços que não estão disponíveis no país e que o servidor deve conseguir solucionar.
- b) Produção de conhecimento gerada pelo servidor público em larga escala gerando soluções de bom grado ao público alvo.
- c) Conjunto de regras que regulam a relação funcional entre o servidor e o Estado.
- d) Qualquer ação de relação entre empregado e patrão em qualquer instância relatada.

Questão 19

Através da rede social Twitter, Jair Bolsonaro comentou a decisão de abandonar o pacto mundial das migrações da ONU: “Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros”.

Segundo o líder do Executivo, a imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a soberania de cada país. Ele ainda alertou que “quem por ventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura”.

<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/migracoes---governo-de-bolsonaro-abandona-pacto-mundial-das-migracoes-da-onu.htm?cmpid=copiaecola>

Sobre o assunto, marque a alternativa CORRETA:

- a) O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular é um dos vários acordos globais da Organização das Nações Unidas para lidar com a migração internacional. Os acordos anteriores não lograram êxito.
- b) O pacto é uma espécie de compromisso feito por Estados-membros para fortalecer e aperfeiçoar mecanismos e políticas públicas para proteger e regular pessoas em movimento.
- c) A ideia do pacto é equilibrar as relações entre países. Na prática, o documento serve como uma espécie de guia geral com recomendações sobre o tema e abre portas para aumentar a cooperação internacional na área, visando tornar a migração mais difícil, com vistas a diminuir a entrada de imigrantes nos países-membro.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 20

Verão de 2019, no Espírito Santo, de muito calor, conforme vem sendo noticiado em muitos jornais, está sendo influenciado pelo El Niño, desde o fim de dezembro até o começo deste ano. Sobre este fenômeno assinale a opção que apresenta sua característica CORRETA:

- a) Fenômeno climático, de escala global, caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do oceano pacífico contribuindo para o aumento do valor médio da temperatura.
- b) Fenômeno isolado, de escala local, caracterizado pelo enxugamento normal das águas do oceano pacífico contribuindo para a diminuição do valor médio da temperatura.
- c) Fenômeno climático, de escala local, caracterizado pelo aquecimento normal das águas do oceano



atlântico contribuindo para a manutenção do valor médio da temperatura o ano inteiro.

d) Fenômeno isolado, de escala global, caracterizado pelo isolamento normal do calor do sol no Estado contribuindo para o aumento do valor médio da temperatura.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

O Auditor Independente exerce papel fundamental para assegurar credibilidade às informações financeiras de determinada empresa (entidade), ao opinar se as demonstrações financeiras preparadas pela sua administração representam adequadamente sua posição patrimonial e financeira e o seu desempenho e que a informação divulgada é completa. A auditoria da informação é essencial para a proteção dos usuários das demonstrações financeiras, aumenta a confiança, contribuindo para a eficiência do mercado. Em relação ao tema, analise os itens abaixo:

I. O auditor deve planejar e executar a auditoria com ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis.

II. O auditor deve exercer julgamento profissional ao planejar e executar a auditoria de demonstrações contábeis. Esse julgamento é essencial para a condução apropriada da auditoria. Isso porque a interpretação das exigências éticas e profissionais relevantes, das normas de auditoria e as decisões informadas requeridas ao longo de toda a auditoria não podem ser feitas sem a aplicação do conhecimento e experiência relevantes para os fatos e circunstâncias.

III. O Auditor Independente exerce função social relevante, à medida que contribui para garantir o fortalecimento da confiança nas relações entre as empresas e todos os seus públicos de interesse: acionistas, investidores, governo e a sociedade como um todo.

IV. A suficiência e adequação das evidências de auditoria estão inter-relacionadas. A suficiência é a medida da qualidade de evidência de auditoria e a adequação se relaciona à medida do quantitativo das evidências.

Analizados os itens é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas o item I está incorreto.
- b) Apenas o item II está incorreto.
- c) Apenas o item III está incorreto.
- d) Apenas o item IV está incorreto.

Questão 22

Modernamente, as funções do auditor vão muito além do tradicional conceito de fiscalização. Além de averiguar e detectar eventuais falhas nos sistemas de controle e no plano de organização, o auditor se preocupa também com a manutenção desses sistemas, de forma que as não conformidades sejam minimizadas, atuando de maneira preventiva e apresentando sugestões para eventuais desvios (aplicação do conceito de Qualidade Total). No exercício da profissão os auditores, podem ser responsabilizados por erros, falhas, omissões e/ou dolo quanto à veracidade e a forma com que realizam o trabalho e emitem a sua opinião por intermédio do parecer de auditoria. Essa responsabilidade pode ser assim caracterizada, EXCETO:

- a) Trabalhista: nos casos de auditoria externa.
- b) Profissional: Nos casos de auditoria externa, no que diz respeito à contratação dos serviços a serem prestados.
- c) Civil: No caso de informação incorreta no parecer do auditor e que venham a influenciar ou causar prejuízos a terceiros que se utilizem dessas informações.
- d) Criminal: No caso de omissão ou incorreção de opinião expressa em parecer de auditoria, configurada por dolo, e que venham a influenciar ou causar prejuízos a terceiros que se utilizem dessas informações.

**Questão 23**

Sobre papéis de trabalho e documentação de auditoria, analise os itens abaixo:

I. O auditor deve documentar as questões que foram consideradas importantes para proporcionar evidência, visando a fundamentar seu parecer da auditoria e comprovar que a auditoria foi executada de acordo com as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis.

II. Os papéis de trabalho constituem a documentação preparada pelo auditor ou fornecida a este na execução da auditoria. Eles integram um processo organizado de registro de evidências da auditoria, por intermédio de informações em papel, meios eletrônicos ou outros que assegurem o objetivo a que se destinam.

III. Os papéis de trabalho não devem incluir o juízo do auditor acerca de todas as questões significativas ou a conclusão a que chegou, mesmo nas áreas que envolvem questões de difícil julgamento.

IV. A extensão dos papéis de trabalho é assunto de julgamento profissional, visto que não é necessário nem prático documentar todas as questões de que o auditor trata. Entretanto, qualquer matéria que, por ser relevante, possa influir sobre o seu parecer, deve gerar papéis de trabalho que apresentem as indagações e as conclusões do auditor.

Analizados os itens é CORRETO afirmar que:

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas o item II está incorreto.
- c) Apenas o item III está incorreto.
- d) Apenas o item IV está incorreto.

Questão 24

Deve ser executada a avaliação de clientes recorrentes a cada contratação ou quando houver mudança relevante nas condições do mesmo ou no seu mercado de atuação. Um programa de verificação periódica da qualidade deve ser aplicado, no mínimo, a cada quatro anos. A aceitação ou manutenção do cliente deve ser continuamente reavaliada quanto às situações de risco potenciais para os auditores, devendo haver, nas condições de maior risco, a análise e aprovação de um segundo responsável técnico. Em sendo um único profissional o prestador

de serviços de auditoria independente, deverá haver a aprovação de outro profissional habilitado. O programa deverá incluir a avaliação dos procedimentos administrativos e técnicos de auditoria independente, inclusive em relação à NBC P – 1, abrangendo, pelo menos, EXCETO:

- a) O registro em CRC e a afiliação a entidades de classe.
- b) O recrutamento do pessoal administrativo.
- c) A comparação de horas disponíveis do quadro técnico com as horas contratadas.
- d) As instalações dos escritórios.

Questão 25

Fraude é o ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal.

Falando de responsabilidades em relação a fraude, no contexto da auditoria das demonstrações contábeis, marque o item INCORRETO:

- a) A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e da sua administração.
- b) A supervisão geral por parte dos responsáveis pela governança inclui a consideração do potencial de burlar controles ou de outra influência indevida sobre o processo de elaboração de informações contábeis, tais como tentativas da administração de gerenciar os resultados para que influenciem a percepção dos analistas quanto à rentabilidade e desempenho da entidade.
- c) O risco do auditor não detectar uma distorção relevante decorrente de fraude da administração é maior do que no caso de fraude cometida por empregados, porque a administração frequentemente tem condições de manipular, direta ou indiretamente, os registros contábeis, apresentar informações contábeis fraudulentas ou burlar procedimentos de controle destinados a prevenir fraudes semelhantes, cometidas por outros empregados.
- d) Na obtenção de segurança razoável, o auditor tem a responsabilidade de manter atitude de ceticismo profissional durante a auditoria, considerando o



potencial de burlar os controles pela administração, e de reconhecer o fato de que procedimentos de auditoria eficazes na detecção de erros são sempre eficazes na detecção de fraude.

Questão 26

De acordo com a Constituição Federal, no que se refere à ordem econômica e financeira, julgue os itens a seguir:

- I- A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
- II- Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo aquele determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- III- Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) Estão corretas as assertivas I e III.
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) A assertiva III é falsa e a I e II são verdadeiras.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

Questão 27

Conforme as disposições constitucionais a respeito do sistema tributário nacional, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Lei ordinária poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
- b) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- c) A lei poderá atribuir a sujeito ativo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e

preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

- d) A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório não será vinculada.

Questão 28

Acerca dos princípios fundamentais da Constituição Federal, julgue os itens a seguir:

- I- A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- II- Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a soberania, a independência nacional e a não intervenção.
- III- São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

É CORRETO afirmar que:

- a) A assertiva II é falsa.
- b) As assertivas I e II são falsas.
- c) As assertivas II e III são verdadeiras.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

Questão 29

A respeito das finanças públicas, conforme a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Banco Central pode conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- b) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- c) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, inclusive se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.



d) Não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar a despesa com pessoal ativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, excetuado o caso dos inativos.

Questão 30

Relativamente ao Ministério Público, conforme a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a dependência funcional.
- b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- c) Entre as funções institucionais do Ministério Público, estão defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas e promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- d) Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, exceto contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Questão 31

Conforme “Lei 9.265/09 - Institui a Política Estadual de Educação Ambiental, em seu Art. 24. - São atribuições do Órgão Gestor:”, possui abaixo seus incisos:

I - Definir diretrizes para implementação da Política Estadual de Educação Ambiental em âmbito estadual e municipal.

II - Articular, coordenar e supervisionar planos, programas e projetos na área de Educação Ambiental, em âmbito estadual e municipal.

III - Participar na negociação de financiamentos de planos, programas e projetos na área de Educação Ambiental.

Marque a opção que indica a alternativa correta, segundo a veracidade da letra do(s) inciso(s) da referida lei.

- a) I. b) II. c) III. d) I – II.

Questão 32

Segue alguns artigos da “Lei 9.265/09 - Institui a Política Estadual de Educação Ambiental” Assim, identifique a sentença correta conforme letra da referida lei.

- a) Art. 1º - Fica instituída a Política Estadual de Educação Ambiental, seus objetivos, princípios e fundamentos e se constitui o Órgão Diretor da Política Estadual de Educação Ambiental.
- b) Art. 2º - Entende-se por Educação Ambiental os processos permanentes de ação e reflexão individual e coletiva voltados para a construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra.
- c) Art. 3º - A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação estadual, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter escolar.
- d) Art. 4º - A Educação Ambiental é objeto constante de atuação direta e indireta da prática pedagógica, das relações familiares, comunitárias e dos movimentos sociais na formação da cidadania emancipatória.

Questão 33

Tendo em vista o que dispõe a Lei que Institui a Política Estadual de Educação Ambiental, Lei 9.265/09, marque a alternativa INCORRETA.

- a) A Política Estadual de Educação Ambiental será implementada por meio do Programa Estadual de Educação Ambiental a ser instituído por instrumento legal estadual e que deverá se caracterizar por linhas

**Questão 37**

Sobre, AO SERVIDOR PÚBLICO É VEDADO, conforme Decreto 1.595/05 - Código de Ética dos Servidores Civis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, marque a alternativa CORRETA:

- a) Participar na qualidade de proprietário, sócio ou administrador, de empresa fornecedora de bens e serviços, executora de obras ou que realize qualquer modalidade de contrato, de ajuste ou compromisso com o Estado.
- b) Pleitear, sugerir ou recusar qualquer tipo de ajuda financeira, presente, gratificação, prêmio, comissão, empréstimo pessoal ou vantagem de qualquer espécie, para si ou para outrem, para influenciar ou deixar de fazer algo no exercício de seu cargo, emprego ou função pública.
- c) Referir-se, de modo depreciativo ou desrespeitoso, a outros servidores públicos, a autoridades públicas ou a atos do poder público, não admitindo-se a crítica em trabalho assinado.
- d) Atuar como procurador ou intermediário junto a órgãos públicos estaduais, benefícios previdenciários ou assistenciais e percepção de remuneração ou proventos de cônjuge, companheiro e parentes até terceiro grau civil.

Questão 38

Segundo o Código de Ética dos Servidores Civis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, Decreto 1.595/05, em seu texto - *Considera-se conflito de interesses qualquer oportunidade de ganho que possa ser obtido por meio, ou em consequência das atividades desempenhadas pelo servidor em seu cargo, emprego ou função, em benefício:*

- I – Do próprio servidor.
- II – De parente até o segundo grau civil.
- III – De terceiros com os quais o servidor mantenha relação de sociedade.
- IV – De organização da qual o servidor seja sócio, diretor, administrador preposto ou responsável técnico.

Analisando as afirmativas acima, marque a opção CORRETA.

- a) Somente o II está falso.
- b) Somente o III está falso.
- c) Somente o IV está falso.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 39

Marque o item abaixo que torna válido, isto é, que terá validade, o que se determina no Decreto 3.795/94 do Estado do Espírito Santo, que dispõe sobre as Auditorias Ambientais, conforme o número de fases de execução para um processo de Auditoria Ambiental.

- a) 2 (duas) fases.
- b) 3 (três) fases.
- c) 5 (cinco) fases.
- d) 7 (sete) fases.

Questão 40

Julgue as afirmativas consoante o disposto do Decreto 3.795/94 do Estado do Espírito Santo, que dispõe sobre as Auditorias Ambientais.

I – Os auditores Ambientais poderão se cadastrar previamente junto ao órgão ambiental estadual, o qual estabelecerá normas e procedimentos a serem seguidos para fins de cadastramento.

II – A apresentação dos resultados da Auditoria Ambiental implica na suspensão de qualquer ação fiscalizadora ou das obrigações de controle ambiental das atividades por parte do agente poluidor.

III – O órgão ambiental estadual definirá o modelo de edital de divulgação de Declaração Ambiental.

Marque o item CORRETO conforme as afirmativas.

- a) Apenas a III está correta.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Não há opção correta.
- d) Todas estão corretas.

Questão 41

Conforme apresentado no Decreto 3.795/94, sobre Auditorias Ambientais: *A omissão, sonegação ou falsificação de informações relevantes, pelos*



Auditorias Ambientais, descredenciarão os mesmos para a realização de novas Auditorias Ambientais durante o prazo mínimo de _____, sendo o fato comunicado ao Ministério Público para adoção de providências judiciais que se fizerem necessárias. Marque a alternativa que completa corretamente o decreto.

- a) 2 (dois) anos.
- b) 3 (três) anos.
- c) 4 (quatro) anos.
- d) 5 (cinco) anos.

Questão 42

Conforme, “DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA AMBIENTAL PARA O PÚBLICO”, Decreto 3.795/94, sobre Auditorias Ambientais, marque o item INCORRETO.

- a) Após a entrega do Relatório Final de Auditoria Ambiental ao órgão ambiental estadual deverá ser efetivada a publicação de um edital de comunicação diário ao público, por conta do agente poluidor, em jornal diário de grande circulação no Município onde se localiza o mesmo e, no diário Oficial do Estado do Espírito Santo, com informação sobre o local e prazo em que a Declaração Ambiental poderá ser consultada.
- b) O órgão ambiental estadual colocará a Declaração Ambiental de cada agente poluidor à disposição para consulta pelo público por um período de 30 (trinta) dias, sendo após tal documento encaminhado à biblioteca do mesmo.
- c) Declaração Ambiental, resguardado do sigilo e a confidencialidade estabelecidos em Lei, bem como o currículo da equipe responsável pela realização da Auditoria Ambiental, não serão acessíveis à consulta pública, independentemente do pagamento de taxas ou emolumentos.
- d) As entidades legalmente constituídas poderão apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias a partir do término do prazo estabelecido no artigo 46, em forma de relatório devidamente consubstanciado, manifestações sobre a Declaração Ambiental apresentada pelo agente poluidor,

documento este que será levado em consideração pelo órgão ambiental estadual quando da aprovação final do processo de Auditoria Ambiental do agente poluidor.

Questão 43

Segundo a seção, “DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL”, Decreto 3.795/94, sobre Auditorias Ambientais, marque a sentença verdadeira.

- a) Para cada área auditada será elaborada, pelo agente poluidor, uma Declaração Ambiental que deverá ser redigida para informação ao público, de forma resumida, clara e em linguagem acessível, informando os resultados da Auditoria Ambiental.
- b) No caso de Auditorias Ambientais realizadas por equipe do agente poluidor a validação da Declaração Ambiental poderá ser obrigatoriamente realizada por um Auditor Ambiental.
- c) A Declaração Ambiente poderá ser assinada pelo Auditor Ambiental que o validou, bem como pelo representante legal do agente poluidor.
- d) O agente poluidor auditado poderá guardar em seu poder, disponível à fiscalização ambiental, por um período mínimo de 2 (dois) anos, o original do Relatório Final de Auditoria Ambiental e a respectiva Declaração Ambiental, assinada e rubricadas pelo Auditor Ambiental que validou.

Questão 44

Segundo o texto, “Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.”, da Lei Estadual 9.096/08, Estabelece as Diretrizes e a Política Estadual de Saneamento Básico, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os



provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

b) Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

c) Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados deverão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento, objeto do respectivo contrato.

d) Na hipótese de não haver entidade reguladora, o cálculo do crédito, a que se refere o “caput” deste artigo, levará em consideração o valor atualizado dos bens, a ser feito por meio de avaliação realizada por peritos de reconhecida idoneidade e independência, escolhidos de mútuo acordo entre o prestador e o poder concedente, ficando o valor da avaliação sujeito à correção monetária até a data do efetivo pagamento da indenização.

Questão 45

Conforme “Lei Estadual 9.096/08, Estabelece as Diretrizes e a Política Estadual de Saneamento Básico, em seu Art. 47. - As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:”. possui abaixo seus incisos:

I – Periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado.

II – Extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Marque a opção que indica a alternativa correta, segundo a veracidade da letra do(s) inciso(s) da referida lei.

- a) Apenas o inciso I está correto.
- b) Apenas o inciso II está correto.
- c) Os incisos I e II estão corretos.
- d) Não há inciso correto.

Questão 46

Segundo a “Lei Estadual 9.096/08, o CONSAN (Conselho Estadual de Saneamento Básico) será constituído por:

- a) 3 (três) membros.
- b) 5 (cinco) membros.
- c) 7 (sete) membros.
- d) 9 (nove) membros.

Questão 47

É dado o § 13. do Art. 25 da Lei 9.096/08 “*O Estado do Espírito Santo, através da SEDURB, elaborará, no prazo máximo de _____ de publicação desta Lei, o Plano Estadual de Saneamento Básico, que abrangerá todo o seu território, incluindo programas e ações voltados para o saneamento em localidades de pequeno porte, no que couber.*”

Marque o item que completa corretamente o espaço.

- a) 6 (seis) meses.
- b) 1 (um) ano.
- c) 1 (um) ano e 6 (seis) meses.
- d) 2 (dois) anos.

Questão 48

De acordo com a Lei 2.829/16 (Política de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial, instituiu o Plano Diretor Municipal de Viana - PDM), marque o item INCORRETO.

- a) As políticas públicas setoriais, em especial as urbanas e ambientais, integram a Política de Desenvolvimento Urbano do Município e definem ações que devem ser implementadas pelo Executivo para cumprir os objetivos estratégicos deste Plano Diretor Municipal.
- b) Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Rural Sustentável, a ser regulamentado por Ato do Poder Executivo, no prazo de 3 (três) anos a partir do início da vigência desta Lei.
- c) O Plano Municipal de Turismo deverá ser elaborado de forma participativa no prazo de 5 (cinco) anos a partir do início da vigência desta Lei.



d) Para garantir os recursos necessários para investir na implantação da rede estrutural de transporte coletivo prevista neste Plano Diretor, o Executivo deve realizar estudos visando obter fonte alternativa de receita.

d) São competentes para lavrar o auto de infração apenas os fiscais da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Questão 49

Segundo a Lei 2.681/14 (Parcelamento do Solo Municipal de Viana), marque o item INCORRETO.

- a) Para áreas ainda não parceladas voltadas para os eixos de dinamização, o seu parcelamento deverá respeitar a profundidade máxima dos lotes de 200,00m (duzentos metros).
- b) Os loteamentos a serem aprovados em margem de encostas de vales deverão conter uma servidão cercada, com largura de 5,0m possibilitando o contato e proteção com as áreas de interesse ambiental.
- c) As vias do loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, harmonizando-se com a topografia local.
- d) Ao longo das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos será obrigatória a reserva de faixa não edificante de 15,00m (quinze metros) de cada lado, contados a partir das margens, salvo maiores exigências de legislação específica.

Questão 50

Dadas as proposições abaixo, identifique o item correto, conforme Lei 1.897/06 (Código de Posturas e de Atividades Urbanas de Viana).

- a) É autoridade para confirmar os autos de infração, o Chefe do Departamento competente da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de acordo com a legislação em vigor.
- b) Esgotado o prazo fixado na notificação sem que o infrator tenha atendido e sanado as irregularidades, ainda não lavrar-se-á o auto de infração.
- c) Dá motivo à lavratura de auto de infração, qualquer violação às normas deste Código levado ao conhecimento da autoridade competente, por qualquer pessoa, devendo a comunicação ser acompanhada exclusivamente de prova.